 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

I- OBJETO

Este Termo de Referência serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação de consultoria técnico-legal especializada em Direito Digital com foco em *compliance* de proteção de dados, para adequação do Pré-sal Petróleo S.A. (“PPSA”) à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

II- JUSTIFICATIVA

Foi sancionada, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que *“dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural”* (art. 1º da LGPD).


A referida lei aplica-se **a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado**, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

“I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.” (Art. 3º da LGPD) (grifo nosso)

O normativo permite que toda pessoa natural tenha assegurada “a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade” (art. 17 da LGPD).

Isto é, segundo preconiza o art. 18 da LGPD, terá o direito:

“Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

*I - **confirmação** da existência de tratamento;*

*II - **acesso** aos dados;*


*III - **correção** de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;*

*IV - **anonimização, bloqueio ou eliminação** de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;*

*V - **portabilidade** dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;*

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

*VI - **eliminação** dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;*

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

VII - **informação** das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - **informação** sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - **revogação** do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.” (Grifo nosso)

Destaca-se que a LGPD entrará em vigor, nos seguintes termos estabelecidos pelo seu art. 65, *verbis*:

“Art. 65. Esta Lei entra em vigor: (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)


I - dia 28 de dezembro de 2018, quanto aos arts. 55-A, 55-B, 55-C, 55-D, 55-E, 55-F, 55-G, 55-H, 55-I, 55-J, 55-K, 55-L, 58-A e 58-B; e (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)

I-A – dia 1º de agosto de 2021, quanto aos arts. 52, 53 e 54; (Incluído pela Lei nº 14.010, de 2020)

II - 24 (vinte e quatro) meses após a data de sua publicação, quanto aos demais artigos.”

De acordo com a aplicação da LGPD sobejamente exposta, a PPSA está obrigada a adequar-se ao normativo, em sendo empresa pública, cuja criação foi autorizada por meio da Lei nº 12.304/2010. Ademais, conforme preconiza o art. 24, *caput* e parágrafo único, da LGPD:


“Art. 24. **As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.**

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos deste Capítulo.” (Grifo nosso)

A LGPD, em seu art. 50, § 2º, inciso I, estabelece, ainda, que deve ser realizada a implementação de um programa de governança em privacidade que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- “a) demonstre o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;*
- b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;*
- c) seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados;*
- d) estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;*
- e) tenha o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular;*
- f) esteja integrado a sua estrutura geral de governança e estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos;*
- g) conte com planos de resposta a incidentes e remediação; e*

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

h) seja atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas;”

Na ocasião de haver infrações cometidas às normas previstas na LGPD, esta prevê, em seu art. 52, as seguintes sanções administrativas, a serem aplicadas pela autoridade nacional:

“Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

(Vigência)

*I - **advertência**, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;*

*II - **multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;***


*III - **multa diária**, observado o limite total a que se refere o inciso II;*

*IV - **publicização da infração** após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;*

*V - **bloqueio dos dados pessoais** a que se refere a infração até a sua regularização;*

*VI - **eliminação dos dados pessoais** a que se refere a infração; (...)*

*X - **suspensão parcial do funcionamento do banco de dados** a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)*

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

*XI - **suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais** a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)*

*XII - **proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.** (Incluído pela Lei nº 13.853, de 2019)” (Grifo nosso)*

Isso posto, impõe-se a da contratação de Consultoria Técnico-legal, no intuito de haver a adequação PPSA à LGPD.


III- DADOS REFERENCIAIS

- A PPSA possui aproximadamente 85 colaboradores (oito e cinco), dos quais compreendem-se entre funcionários e prestadores de serviço; e
- Demais informações da empresa podem ser obtidos no seu *website*: <https://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/portal/default.php>

IV- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Tabela 1.0

SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO LGPD		
Item	Descrição	Unidade
1	Diagnóstico: Mapeamento dos processos, inventário dos dados pessoais, diagnóstico <i>Assessment</i> e Plano de Ação.	Entregável
2	Implementação Inicial: Governança de dados, Segurança das informações, contratos e <i>Workshop</i> .	Entregável

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

1 – Diagnóstico - Mapeamento dos processos, inventário dos dados pessoais, diagnóstico Assessment e Plano de Ação.

Consiste na verificação e mapeamento do ambiente de dados pessoais da PPSA, com análise do grau de conformidade com as novas regulamentações de privacidade e proteção de dados, consubstanciadas na LGPD, bem como nos aspectos de Segurança de Tecnologia da Informação que devam ser implementados por exigências da nova lei. Deverá ser aplicada metodologia baseada nos 65 (sessenta e cinco) artigos da LGPD. Nessa etapa, o objetivo do trabalho é realizar um mapeamento geral (diagnóstico) do ambiente com relação às novas regulamentações de proteção de dados pessoais, com análise do cenário atual e recomendações de melhorias gerais a serem promovidas.


1.1 – Mapeamento dos processos:

- Solicitação de documentos para identificar onde, de fato, estão depositados os dados pessoais, organogramas das áreas e tabelas de temporalidade;
- Sinalização de quais destes documentos precisarão passar por atualização e verificação se já há alguma vulnerabilidade de segurança que possa violar os dados;
- Mapeamento dos fluxos de dados pessoais por meio de entrevistas; e
- Análise das informações levantadas.

1.2 – Inventários de dados pessoais:

Esta etapa deve se encarregar da criação do ROPA (*Record of Processing Activities*), que deverá ser validado pela PPSA. Mapeando assim o fluxo dos dados pessoais com seu ciclo de vida - por onde entram (formas de captura), onde ficam armazenados, quais os controles aplicados, se há compartilhamento com terceiros. Listas dos sistemas de informação que tratam dados pessoais, levantamento dos pontos de segurança e da existência ou não de sistemas de verificação de integridade dos dados.

A fase de diagnóstico compreenderá também a elaboração da matriz de Proteção de Dados Pessoais contendo:

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01


- Identificação das bases de dados (Com sua nacionalidade e territorialidade);
- Finalidades dos dados armazenados nas bases de dados;e
- Documentos Legais existentes relevantes de consentimento e/ou coleta de dados (Políticas de privacidade, contrato de prestação de trabalho ou serviço e outros documentos).

1.2 – Diagnóstico *Assessment*.

Esta etapa prevê a criação do diagnóstico *Assessment* demonstrando as não-conformidades e análises de riscos no tratamento de dados pessoais e sistemas, contendo os seguintes itens:

- Desvios e riscos considerando a LGPD e o respectivo artigo referente da lei;
- Execução de atividades (projetos) com os objetivos necessários para sanar as não-conformidades, com *score* de risco e priorização.
- Procedimento para direito dos titulares de dados (revogação de consentimento e tratamento de dados);
- Responsáveis pela execução e/ou implementação do controle de acordo com o cenário mapeado, a governança de dados ideal, desde aspectos relacionados aos papéis e responsabilidades do responsável pela proteção de dados bem como os procedimentos e controles estabelecidos na coleta de dados;
- Sugestões de melhorias de procedimentos, contratos, termos de uso e políticas de privacidade;
- Matriz de proteção de dados pessoais;
- Árvore de governança de dados pessoais;
- Índice de Maturidade LGPD da PPSA em relação ao mercado da PPSA;
- Índice de Maturidade LGPD da PPSA em relação a outros segmentos do mercado; e
- Índice de conformidade LGPD da PPSA.

1.4 – Plano de Ação

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

Deverá ser apresentado um plano de ação com medidas a serem implantadas pela companhia, com cronograma e priorização composto por:


- Indicação dos processos e documentos que precisam ser criados ou atualizados;
- Recomendações de medidas de segurança de informação para atender à conformidade com a LGPD;
- Priorização dos projetos considerando complexidade de implantação e gravidade do tema;
- Indicação de adaptações e criação de novas políticas, normas ou procedimentos;
- Indicação de adaptações em contratos, termos de uso e políticas de privacidade;
- Recomendação dos procedimentos para o exercício de direitos dos titulares de dados; e
- Indicação de processos identificados como críticos para elaboração do PIA (*Privacy Impact Assessment*), de adaptações e criação de novas políticas, normas ou procedimentos e de adaptações em contratos, termos de uso e políticas de privacidade, na etapa de implementação.

2 – Implementação Inicial: Governança de dados, Segurança das informações, contratos e *Workshop*.

Consiste na implementação das recomendações para atender as novas regulamentações, utilizando-se como base o conhecimento gerado na fase de diagnóstico.

2.1 – Governança de dados

- Elaborar Política de Governança de Dados Pessoais;
- Estabelecer no Organograma a figura do Encarregado (DPO- *Data Protection Officer*);
- Elaborar Procedimento de Avaliação de Privacidade (*Design & Default*);
- Elaborar Normativo de Análise de Legítimo Interesse (LIA);

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

- Elaborar Normativo de DPIA (Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais) + Modelo de DPIA; e
- Elaborar Procedimento de Processamento das Requisições dos Titulares.

2.2 – Segurança das informações


- Atualizar a Política de Segurança da Informação e Cibernética;
- Atualizar o Termo de Responsabilidade;
- Atualizar a Norma de Classificação da Informação;
- Atualizar a Norma de Uso dos Recursos de TIC; e
- Atualizar a Norma de Resposta a Incidentes de Segurança.

2.3 – Contratos

- Atualizar o Acordo de Confidencialidade;
- Atualizar os Termos de Uso, a Política de Privacidade e Aviso de *Cookies* Plataforma Institucional;
- Elaborar clausulado padrão na posição de Controlador e Operador (parceiros e prestadores de serviço);
- Elaborar Contrato com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;
- Elaborar questionário de *Due Dilligence* de Proteção de Dados Pessoais em Terceiros (aplicação de *checklist*) a ser aplicado pela área de contratos/*compliance*; e
- Atualização do Contrato de Trabalho - Minuta padrão e Aditivo aos Contratos vigentes.

2.4 – Workshop

Palestra *online* para todos os funcionários e colaboradores da empresa, com duração mínima de 1 (uma) hora, abordando noções básicas da LGPD. O encontro terá como objetivo capacitar o ouvinte a entender a importância da Lei e identificar processos/sistemas que possam estar em não-conformidade.

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

V- CRONOGRAMA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- O prazo do item “1” (diagnóstico) da tabela 1.0 inicia-se em até 72 (setenta e duas) horas após assinatura do contrato e deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias corridos;
- O prazo para o item “2” (Implementação inicial) da tabela 1.0 deverá ser iniciado até o final da fase de diagnóstico a critério PPSA em consonância com a contratada durante o prazo de execução do contrato, sendo seu prazo mínimo de execução de 30 (trinta) dias corridos e de no máximo de 90 (noventa) dias corridos;
- O prazo de execução do contrato será de 5 (cinco) meses e o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, ambos contados da data da sua assinatura.

VI- CONDIÇÕES DE ACEITE


Os serviços deste Termo de Referência se darão como aceitos após o recebimento dos entregáveis referentes aos itens 1 e 2 da Tabela 1.0 e a aceitação pela PPSA.

VII- LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços deverão ser realizados no escritório central da PPSA, localizado no Centro Empresarial Internacional Rio – RB1, na Avenida Rio Branco nº 1, 4º Andar – Centro do Rio de Janeiro/RJ ou de forma remota conforme a necessidade de cada serviço prestado.

VIII- HABILITAÇÃO DO PROPONENTE

A Proponente deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa já tenha prestado serviços de consultoria e

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

implementação de adequação de empresas à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de forma satisfatória.


Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:

1. Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício - DRE do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem que a empresa possui Patrimônio Líquido positivo, apresentados juntamente com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
2. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitos os documentos que não indicarem a data de validade, a não ser aqueles que tenham sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias em relação à data da sessão pública do Pregão.

IX- OBRIGAÇÕES DA PPSA

As obrigações da PPSA serão:

- Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, através de representante especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências. A execução do instrumento contratual será acompanhada e fiscalizada seguindo orientações da legislação vigente;
- Notificar a Contratada, por meio eletrônico e/ou por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, podendo fixar prazo para a sua correção;
- Pagar à Contratada o valor resultante dos fornecimentos aceitos pela PPSA, no prazo e condições estabelecidos;


 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

- A PPSA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do futuro contrato; e
- Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços que deverão ser prestados.


X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada serão:

- Executar fielmente os serviços de acordo com condições estabelecidas neste Termo de Referência, em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;
- Observar o perfeito cumprimento do objeto desta contratação, submetendo-se a mais ampla fiscalização da PPSA por meio de representante, por esta indicado, que poderá ser efetuada a qualquer época durante a vigência do contrato, visando o rigoroso cumprimento das obrigações assumidas;
- Comunicar à PPSA qualquer anormalidade que venha a impactar na prestação dos serviços relacionados a este Termo de Referência;
- Atender prontamente às determinações, orientações, solicitações e reclamações por parte da PPSA, prestando todos os esclarecimentos solicitados, ou na impossibilidade, enviar justificativa por escrito;
- Manter sigilo profissional das informações a que tenha acesso e se responsabilizar pelo mesmo sigilo no que diz respeito aos seus empregados, ressalvados os casos previstos para o exercício profissional de auditor determinados em lei;
- Responsabilizar-se por eventuais indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à PPSA e/ou a terceiros, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

- Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- Levar imediatamente ao conhecimento do fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como comunicar por escrito e de forma detalhada todo tipo de acidente que eventualmente ocorra;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus profissionais, prepostos, ou contratados direta ou indiretamente, durante a execução dos serviços contratados, respondendo pelos danos causados à PPSA ou a terceiros;
- Acatar as determinações do fiscal do contrato;
- Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PPSA;
- Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão a eles, ainda que o acidente tenha acontecido nas dependências da PPSA;
- Renunciar, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PPSA, haja vista que a inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nas condições anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à PPSA, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- Reconhecer que, como prestador de serviço, por força de contrato, sem vinculação direta com as atividades desenvolvidas, todo e qualquer trabalho realizado ou desenvolvido será de exclusiva propriedade da PPSA;

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

- Não utilizar, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, o nome, a marca, o logotipo e os demais sinais característicos da PPSA e de seus produtos e serviços, salvo mediante prévia autorização por escrito;
- Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação, mesmo que parcial, dos serviços;

XI- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A PPSA aplicará à Contratada, com fundamento nos artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, bem como nos arts. 129 a 131 do Regulamento Interno de Licitações e Contrato da PPSA (“RILC-PPSA”), no caso de atraso injustificado, assim considerado pela PPSA, de inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;


b) Multa de:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada à incidência de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da PPSA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item “b.1” acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

b.3) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a PPSA, por um período de até 02 (dois) anos.

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A reabilitação será concedida sempre que a Contratada ressarcir a PPSA pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.

As sanções previstas na alínea “c” do item “XI” poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do Contrato:

- I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a PPSA em virtude de atos ilícitos praticados.


A aplicação das penalidades estabelecidas neste item não impede que a PPSA rescinda unilateralmente o Contrato, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

As multas previstas no Contrato poderão ser descontadas de qualquer valor devido à Contratada ou cobradas mediante processo de execução, na forma da Lei Processual Civil.

Aplicam-se também as normas de direito penal contidas nos artigos 89 a 99 da Lei nº 8.666/1993, nos termos do artigo 43 da Lei nº 13.303/2016. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

XII- SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Todas as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao objeto contratual serão consideradas “Informações Confidenciais” e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela PPSA.

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

A Contratada se compromete a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de Informação Confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos no contrato.

A Contratada se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços objeto d contrato, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham sigilo sobre esta, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas desta cláusula sejam efetivamente observadas, apresentando a PPSA as declarações neste sentido.

O compromisso de confidencialidades é permanente e se manterá durante o período de vigência deste instrumento e após o término do contrato.


A divulgação de qualquer Informação Confidencial somente será possível mediante prévia e expressa autorização por escrito da PPSA ou quando requerida pelas Autoridades Governamentais, Administrativas e/ou Judiciárias e, neste caso, a Contratada deverá reportar o fato imediatamente a PPSA.

O não cumprimento da obrigação de confidencialidade estabelecida nesta cláusula sujeitará a Contratada ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela PPSA, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis decorrentes de sua violação.

A Contratada se obriga a devolver à PPSA, todo o material que contenha informações confidenciais tão logo ocorra à rescisão ou término da vigência desde Instrumento Contratual.

XIII- MATRIZ DE RISCOS

Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, os riscos decorrentes da relação contratual são identificados na Matriz de Riscos constante do Anexo deste

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

Termo de Referência, a qual, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelece os respectivos responsáveis.


XIV- FORMA DE PAGAMENTO

Todos os serviços da tabela 1.0 deverão ser validados. Para a validação dos serviços é necessário que a contratada envie para o responsável do contrato designado pela PPSA por **e-mail** o formulário de validação preenchido conforme “**Anexo II - Formulário de validação**”. Após o recebimento a PPSA irá avaliar a documentação recebida e validar as informações contidas no formulário. A resposta da PPSA ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, também por *e-mail*.

Após a validação do serviço pela PPSA, a contratada deverá emitir o correspondente **boleto bancário** que deverá ser enviado para o *e-mail* financeiro@pps.gov.br, com prazo mínimo de pagamento de 30 (trinta) dias.

Os entregáveis serão pagos de acordo com o percentual da tabela 1.0 e conforme percentuais abaixo:

Item	Descrição	Percentual do Preço Total (%)
1-DIAGNÓSTICO	1.1– Mapeamento dos processos	10%
	1.2 – Inventários de dados pessoais	10%
	1.3 – Diagnóstico <i>Assessment</i>	10%
	1.4 – Plano de Ação	20%
2- IMPLEMENTAÇÃO INICIAL	2.1 – Governança de dados	15%
	2.2 – Segurança das informações	15%
	2.3 – Contratos	15%
	2.4 – <i>Workshop</i>	5%

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA	
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021	
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01

Percentual total dos serviços	(100%)
--------------------------------------	---------------

XV- DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

O proponente deverá apresentar seu preço total conforme tabela a seguir:


Item	Descrição	Unidade
1-DIAGNÓSTICO	1.1– Mapeamento dos processos	Entregável
	1.2 – Inventários de dados pessoais	Entregável
	1.3 – Diagnóstico <i>Assessment</i>	Entregável
	1.4 – Plano de Ação	Entregável
2- IMPLEMENTAÇÃO INICIAL	2.1 – Governança de dados	Entregável
	2.2 – Segurança das informações	Entregável
	2.3 – Contratos	Entregável
	2.4 – <i>Workshop</i>	Entregável
Valor total em R\$		0,00

XVI- ANEXOS

Integram o presente Termo de Referência:

- Anexo I – Matriz de Risco
- Anexo II – Formulários de Validação

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2021

 Pré-sal Petróleo	TERMO DE REFERÊNCIA		
Contratação de consultoria para adequação da PPSA à Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).	Número: TR.DAFC.002/2021		
	Emissão: 08/04/2021	Versão 01	

Elaborado por:

Aprovado por:

André Onofre
Gerente de TI

Samir Awad
Diretor de Administração, Finanças e
Comercialização